

AUTORITARISMO E CORPORATIVISMO NO BRASIL:
OLIVEIRA VIANA, FRANCISCO CAMPOS, AZEVEDO
AMARAL E A CONSTRUÇÃO DO MITO VARGAS

Ângela de Castro Gomes

(CPDOC Fundação Getúlio Vargas,
Universidade Federal Fluminense)

INTRODUÇÃO

O ano de 2004, para a sociedade e para a intelectualidade brasileiras, tem sido um convite à reflexão histórica. Sob o conhecido e consagrado pretexto de rememorar datas e acontecimentos, 2004 abriu a possibilidade de se revisitar criticamente dois períodos marcantes da história política recente do Brasil. Em 31 de março, assinalou-se a passagem de quarenta anos do golpe civil e militar que derrubou o presidente João Goulart e deu início a duas décadas de um regime autoritário de extrema violência, mas que também promoveu o crescimento e a modernização do país, durante o período do chamado «milagre econômico». Na mesma chave, em 24 de agosto, relembra-se o cinqüentenário do suicídio do presidente Getúlio Vargas, um dos fatos mais traumáticos da história do Brasil, tanto pelos desdobramentos de curto e médio prazo que desencadeou na década de 1950, quanto pela imposição de análises que retomem a Era Vargas (1930-45 e 1950-54), igualmente marcada pelo autoritarismo político e pelo desenvolvimento econômico.

De imediato, o que tais eventos trazem à tona para reflexão é a recorrência do autoritarismo na história republicana do país, fato que é acompanhado pelo caráter complexo e ambíguo das duas experiências. Nos dois períodos, apesar de o Brasil conhecer imensas restrições nos terrenos da cidadania civil e política, experimentou políticas públicas que o tornaram mais moderno economicamente e menos excludente socialmente, embora não menos desigual. A despeito dessas convergências, a forma como a memória nacional reteve essas duas experiências seguiu caminhos muito distintos.

Em relação ao regime militar, o que foi sendo consolidado, sobretudo a partir da década de 1980 –a da redemocratização–, foi uma memória política de condenação em bloco, associada a uma radical separação entre sociedade civil e Estado ditatorial e militar. Assim, como vários estudos apontam, construiu-se uma memória que apaga os apoios da sociedade civil ao regime (o que ocorreu em especial no seu início), e enfatiza as lutas e a resistência empreendidas contra ele. Do mesmo modo, os «êxitos» econômicos dessa ditadura foram sendo «esquecidos», fortalecendo-se a imagem de um grande fracasso, isto é, da violência, da incompetência e da corrupção administrativa, além da falta de ética da ditadura militar. Já em relação à chamada Era Vargas, mesmo considerando-se as variações dos balanços realizados ao longo do tempo, o processo de construção de uma memória nacional acabou retendo mais pontos positivos do que negativos, a despeito dos últimos também serem lembrados.

As razões que permitem compreender processos de «enquadramento da memória»¹ tão distintos, são um estimulante ponto de partida para se pensar a própria Era Vargas, suas aproximações e distinções do regime militar do pós-1964, bem como os rumos do pensamento autoritário no Brasil, durante o século XX. Algumas dessas razões são de fácil compreensão. Getúlio Vargas foi, ao longo de quase vinte anos (embora não consecutivos), um chefe de Estado ditatorial (1930-34 e 1937-45), mas também um presidente eleito: primeiro, por uma Assembléia Nacional Constituinte (1934-37) e depois, diretamente pelo povo (1951-54). E, foi exatamente nessa última condição, que ele cometeu suicídio, oferecendo ritualmente seu corpo físico e político ao país e ao povo, em defesa da soberania e da democracia. Lance político indubitavelmente arriscado e radical, que obteve surpreendente sucesso imediato, e que demarcou a figura de Vargas como a de um mártir, a despeito de quaisquer defeitos ou culpas que seus adversários tenham querido ou ainda queiram lhe imputar. Nesse sentido, nenhum presidente da República, no Brasil, aproxima-se de Vargas, no que se refere à duração de tempo em que esteve no poder ou às condições dramáticas em que o abandonou.

Porém, a memória positiva do nome e do tempo de Vargas não se deve apenas a fatores do porte dos nomeados acima. Há questões mais complexas, que remontam à implementação de um sistemático e sofisticado esforço de propaganda, combinado a políticas públicas inovadoras, especialmente nos campos social e cultural. Ou seja, assinalar a duração e o impacto da figura de Vargas na história contemporânea do Brasil significa procurar compreender

¹ Estou trabalhando com esse conceito, segundo proposta de Michael Pollack, «Memória e identidade social», *Estudos Históricos*, v. 5, Nº 10, 1992, p. 200-12.

porque seu discurso e suas políticas, construídas no marco do pensamento autoritário dos anos 1920-40, encontraram condições tão favoráveis para se estabelecer e, sobretudo, para perdurar na memória nacional. Um exercício difícil, que exige respostas que articulem as condições vigentes nos campos político e intelectual, nacional e internacionalmente, com as brechas e habilidades políticas e intelectuais que se abriam às elites do Estado brasileiro àquela época. É esse exercício que este texto se propõe a realizar, levantando algumas hipóteses para seu desenvolvimento.

A primeira diz respeito ao «lugar» que a democracia ocupou na prática e no discurso políticos dos anos 1930. É importante entender que, devido à montante internacional do antiliberalismo, foi possível para o pensamento autoritário de o período capturar a bandeira da democracia, preenchendo-a de sentidos inteiramente novos e encontrando ampla recepção, tanto junto às elites, como nas camadas populares da população. O significado histórico da palavra democracia, particularmente no caso da experiência brasileira, esteve associado à dimensão social e não política, o que permitiu a construção de um conceito aparentemente paradoxal: «democracia autoritária». O Estado brasileiro do pós-1930 pôde então se proclamar, franca e claramente, um Estado forte, centralizado e antiliberal, sem perder a conotação de democrático, isto é, justo e protetivo. A segunda hipótese articula duas possibilidades de qualificação desse novo Estado. Tratava-se, pela primeira vez no Brasil, de edificar uma arquitetura de Estado Nacional moderno, que ampliava suas funções de intervencionismo econômico e social, ao mesmo tempo em que montava uma burocracia tecnicamente qualificada e impessoal, segundo moldes weberianos. Porém, no mesmo movimento, esse Estado se personalizava na face de Getúlio Vargas-, a figura carismática encarregada de conduzir o processo de mudança e assumir as novas tarefas que cabiam ao Executivo, ante as crescentes críticas ao Legislativo. Nesse sentido preciso, o Estado autoritário e democrático do pós-1930 é tanto uma «modernização» das tradições do poder privado e do personalismo caros à sociedade brasileira, quanto uma afirmação do poder do público, através de uma burocracia (impessoal e técnica) e de um modelo alternativo de representação política: o corporativismo.

Como se pode imaginar, a definição, a montagem e a implementação desse modelo de Estado, articulando em novas bases o privado e o público no Brasil, foi tarefa que envolveu diversos projetos e lutas entre intelectuais e políticos, durante um bom tempo. O que se fará aqui, a seguir, é acompanhar, ainda que brevemente, algumas das principais formulações de uma das

vertentes mais influentes da época-a do pensamento autoritário-, destacando a contribuição de três intelectuais particularmente relevantes por suas reflexões e ações: Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral.

O ATRASO DO BRASIL E O IMPERATIVO DO ESTADO FORTE E CENTRALIZADO

Durante a Primeira República (1889-1930), foram muitos os políticos e os intelectuais que debateram os rumos do Brasil. Todos, em geral, concordavam que era necessário superar o atraso no qual o país vivia, impedindo-o de alcançar os patamares de civilização, vislumbrados na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. Contudo, desde a proclamação da República, pode-se verificar que houve muitas disputas não só sobre quais seriam as verdadeiras causas desse atraso, como também sobre quais seriam as propostas para vencê-lo, o que obviamente significava diferenciados projetos de Estado republicano. Mas apesar dos confrontos, também se pode dizer que, entre a década final do século XIX e aproximadamente os anos 1920, um projeto de Brasil liberal, desenhado pela Constituição de 1891 e pactuado pela fórmula da política dos governadores (de 1902), ganhou concretude. Nele, a modernidade política imaginada dava precedência ao poder de um Estado, impessoal e racional-legal, fundado numa arquitetura institucional com partidos e parlamento, onde o indivíduo-cidadão participava do poder e o limitava através do voto.

As dificuldades para a consecução desse projeto foram rápida e fartamente proclamadas, sendo identificadas, segundo inúmeros diagnósticos, tanto na força do poder privado e na fraqueza do público, como na falta de educação e saúde do povo, aliás por culpa das elites. Porém, durante as três primeiras décadas republicanas, tais diagnósticos não foram suficientes para que o modelo de Estado liberal vigente sofresse grandes abalos. Apesar de muito criticado, ele conseguiu se manter, estando ancorado no paradigma clássico de moderna sociedade ocidental, e lançando suas raízes nas concepções políticas de fins do século XVIII, democratizadas ao longo do século XIX, amplamente aceitas internacionalmente.

É justamente esse referencial maior que sofrerá fortes questionamentos após o término da Primeira Guerra mundial, permitindo uma melhor compreensão das novas orientações que passarão a marcar o pensamento social brasileiro das décadas de 1920, 1930 e 1940. A partir do pós-guerra, grosso modo, entre uma grande maioria de intelectuais, a questão não era mais identificar e apontar as condições adversas à vigência de um modelo de Estado liberal, tendo em vista sua reforma, mas a de constatar sua real im-

possibilidade e indesejabilidade de adaptação ao Brasil. Para entender tal transformação é interessante observar que tal paradigma sofria críticas de uma nova orientação científica, traduzida quer pelos postulados de uma teoria elitista que desmascarava as ficções políticas liberais, quer pelos enunciados Keynesianos que defendiam um intervencionismo econômico e social do Estado, até então inusitado. Embora permanecesse de pé o ideal de autoridade racional-legal e de economia urbano-industrial, como signos de uma sociedade moderna, os instrumentos operacionais, vale dizer, as instituições políticas para construí-la e materializá-la, sofreram mudanças substanciais. De maneira geral, conforme os exemplos europeu e norte-americano demonstram, após a crise de 1929, ocorreu um afastamento, mais ou menos radical, do paradigma clássico de Estado liberal.

Nesse contexto, a idéia de igualdade liberal, fundada na eqüidade política do indivíduo-cidadão portador de opinião/voto, foi contestada pela desigualdade natural dos seres humanos que, justamente por isso, não podiam ser tratados da mesma maneira pelo Estado e pela lei. Esse cidadão liberal, definido como possível, mas no caso do Brasil, inexistente, era uma ficção, como o eram os procedimentos a ele associados: eleições, partidos políticos, parlamentos etc. Por outro lado, importa assinalar que, com graus e formas variadas, tais formulações críticas acentuavam a importância da criação e/ou fortalecimento de certas instituições e práticas políticas estatais (novos órgãos e políticas públicas), como mecanismo de start para o estabelecimento de um modelo de modernidade eficiente.

Portanto, se crescia o descompromisso com procedimentos e valores políticos liberais, realizava-se um enorme esforço para a formulação de outra arquitetura institucional de Estado, cujo sentido transformador era muito amplo, abarcando esferas da sociedade até então intocadas pela presença pública. Assim, no Brasil, a maior intervenção do Estado em assuntos econômicos e sociais assumia o papel de elemento precípua para a transposição do gap que era identificado entre a vigência da lei e a idéia de justiça, que o Estado devia assegurar, mas não assegurava. Dito nos termos das análises do período era necessário vencer o artificialismo político republicano, que postulava normas inaplicáveis à realidade brasileira e, em o fazendo, combater o arbítrio expresso no caudilhismo e em seus derivados: o clientelismo e o personalismo de nossa organização política. Era preciso ultrapassar a dicotomia entre Brasil legal e Brasil real, sendo a centralização do Estado o caminho para a nacionalização e a modernização do poder público no Brasil.

As interpretações da sociedade e da política brasileiras construídas a

partir dos anos 1920, têm esse contexto político e intelectual internacional como cenário. Viviam-se sob o ataque ao liberalismo e, para intelectuais cujo desafio era construir um mundo moderno a partir de constrangimentos que o negavam, a força da crítica antiliberal podia ser explorada como um estímulo à criatividade. A riqueza quantitativa e qualitativa dos autores e textos que então aparecem no Brasil, desautoriza qualquer tentativa de acompanhamento mais minucioso².

A estratégia do artigo, como se disse, será tomar alguns autores como guias, e em torno deles agregar outros nomes, todos integrantes da montagem do que se tornou conhecido como pensamento autoritário. Um desses autores é Francisco de Oliveira Viana. Ele escreve desde os anos 1910 até 1951, quando morre. Sua obra é vasta e logicamente diferenciada, mas guarda pontos muito recorrentes, aqui retomados como referenciais fundamentais, apesar da passagem do tempo e das circunstâncias políticas mais imediatas. Trata-se de um intelectual que exerceu inequívoca influência entre seus contemporâneos, que com ele foram forçados a debater, quer com ele concordassem quer dele discordassem³. Seus textos acabariam também por se impor aos estudiosos do pensamento social brasileiro, apesar de, por algum tempo, ter sido minimizado e taxado como um reacionário. Tal identificação explica-se por seu engajamento no Estado do pós-1930 e por sua clara defesa de uma proposta autoritária, mais especificamente ainda, de uma engenharia política corporativa para sua implementação. Por isso, Oliveira Viana interessa de perto a este texto, que quer enfatizar como, no Brasil desse período, articulou-se um modelo de Estado que recriou as fronteiras entre o público e o privado em toda a sua ambigüidade. Um modelo que deixou profundo legado para a vida política do país.

Oliveira Viana, com seu *Populações meridionais do Brasil*, cuja primeira edição é de 1918, é um ponto de partida seguro⁴. O grande objetivo desse livro, que foi de imediato saudado como fundamental, era compreender as características originais da sociedade brasileira, ainda desconhecidas

² É interessante ressaltar como o período do entre guerras assinala a emergência de um conjunto variado, consistente e alternativo de propostas às idéias e experimentos de liberal-democracia. Autoritarismo e totalitarismo estão presentes no fascismo, no nazismo e em corporativismos de diversos tipos. No Brasil, o diálogo estabelecido pelos pensadores autoritários, muitos diretamente vinculados ao Estado Novo (1937-45), está sendo privilegiado neste texto. Contudo, também existiram propostas como o integralismo da Ação Integralista Brasileira (AIB) e o comunismo, já presente no Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos anos 1920 e na Aliança Nacional Libertadora, nos anos 1930.

³ Dois bons exemplos de interlocutores que dele discordam são Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. Ambos, em seus respectivos textos, *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1936) e *Casa grande e senzala* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1933), citam-no e a ele se contrapõem.

⁴ Oliveira Viana, *Populações meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1952. O sucesso do livro diminuirá no correr dos anos 1930, quando mais questionado, sobretudo em sua visão da questão racial. Mas o autor não perde prestígio e não deixa de marcar o campo intelectual da época.

e, por isso, causadoras do atraso em que o país vivia, há séculos. Se tais características vinham sendo identificadas no ruralismo, na mestiçagem e no poder privado e pessoal dos caudilhos oligarcas, nunca um tão grande investimento em sua pesquisa histórico-sociológica estivera tão legitimado e despertara tanta atenção, como no momento do pós Primeira Guerra mundial. Como já foi assinalado, face à crise internacional do paradigma político liberal, não se tratava mais de simplesmente apontar e vencer os obstáculos que impediam a modernização no âmbito dessa matriz. A saída era outra, pois outro era o ponto de chegada almejado.

A proposta de Oliveira Viana, e de vários outros pensadores, partia de duas premissas: a da impossibilidade de recriação, no país e a curto prazo, das condições que tornaram o liberalismo possível fora do Brasil; e a da total indesejabilidade de alcançá-las em uma transição para a modernidade. Isto porque, a sociedade brasileira tinha características específicas, e outro era o timing e o ideal de ação política a ser implementado. Se tal ação não estava ainda bem delineada, era inclusive porque não se reconhecia mais a existência de modelos universais a ser seguidos, o que exigia um esforço de compreensão das singularidades do país, capaz de orientar as novas diretrizes a serem traçadas. Nesses termos, o Brasil real não ficava desqualificado, pois era justamente com esse real que se poderia chegar a um projeto eficiente, uma vez que adequado à nossa singularidade. Esse novo encaminhamento foi uma das causas do sucesso de Populações, que encontrou um clima propício aos estudos sociológicos, percebidos como instrumentos analíticos para uma intervenção política efetiva.

Não é casual, portanto, que entre 1920 e 1940 tenham sido produzidos ensaios tão significativos para a compreensão do país, e que suas interpretações povoem ainda de forma vigorosa nosso imaginário político. Esse foi um tempo de descoberta e de valorização do homem e da realidade nacionais, embora tenha dividido os intelectuais quanto à crença na possibilidade de se alcançar, no país, a modernidade nos marcos da democracia liberal. Esse dilema vinha de longe e lançava suas raízes no período colonial: em nossa tradição rural e escravista e na cultura ibérica de onde esta havia nascido. Oliveira Viana é o tradutor, por excelência, da interpretação que consagra o insolidarismo como marca da sociedade brasileira. Segundo ele, nossas relações sociais haviam se desenvolvido tendo como base o grande domínio rural, fincado na imensidão do território tropical: «Nós somos o latifúndio. Ora o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente antiurbano»⁵.

⁵ Oliveira Viana, *op. cit.*, vol. 1, p. 48.

O ruralismo e o escravismo de nossa formação, demonstrando bem a força dos fatores geográficos e raciais, eram os responsáveis por um padrão de sociabilidade centrado na família e na autoridade pessoal do grande proprietário que tudo absorvia. Os conceitos que esse autor elabora para a compreensão do modelo de sociedade brasileira são os de função simplificadora do grande domínio rural e espírito de clã. O primeiro apontava para a independência e auto-suficiência dos senhores de terra e escravos que simplificavam toda nossa estrutura social, dificultando o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais e impedindo quaisquer outros associativismos que escapassem à família. O segundo, ao mesmo tempo, protegia o homem rural da falta de outra autoridade efetiva, inclusive a do Estado português, e bloqueava o espírito corporativo que só podia afirmar-se no ambiente urbano.

Era a vida na grande família a base e a origem do caudilhismo, personalizado e pulverizado no território nacional. Um tipo de autoridade que abarcava vínculos políticos e sociais e que recorria à fidelidade e à afetividade, orientando-se por valores não estritamente materiais e utilitários. Para enfrentar a força do caudilhismo, que era sempre uma ameaça à desintegração territorial e social do país, só um poder centralizador forte –metropolitano ou nacional–, que agisse como promotor da paz e da ampla proteção dos cidadãos. Por isso, para Viana, a realidade do caudilhismo acabara por inverter o sentido mais conhecido do poder central, que de autoridade absolutista e opressora das liberdades, tornava-se o único meio de construção de um Estado moderno, isto é, orientado por procedimentos racionais/burocráticos, mas igualmente próximo e conhecedor da realidade nacional. Só este novo Estado poderia, ao mesmo tempo, neutralizar o caudilhismo dos localismos e personalismos e o artificialismo político-jurídico que confrontava nossas tradições históricas.

Em Populações, portanto, duas idéias ficam muito claras. Primeira: embora as características de nossa formação sócio-política não fossem criticadas, pois se tratava de entender suas origens para nelas buscar orientação, elas certamente não eram situadas como alvissareiras para nos conduzir à modernidade. Eram tais características as responsáveis pela produção de uma multiplicidade de poderes, ameaçadora à unidade e harmonia do espaço público. Segunda: desse fato advinha a necessidade de criação de instrumentos capazes de estimular a integração social; de produzir uma nação e um povo, conforme nossa realidade histórico-sociológica. Mas as elites políticas brasileiras estavam irremediavelmente distantes desse propósito, submersas em formalismos herdados ou copiados de modelos estrangeiros que, por inadequados, eram ineficientes. Populações, contudo, realizou

muito mais um diagnóstico do problema de organização nacional, do que investiu em comentários sobre a maneira de enfrentá-lo. O que ficou de substancial do livro foi a defesa de um Estado forte e centralizado, e com autoridade incontestável sobre o país.

Como se vê, os inícios dos anos 1920 são um momento de contundente crítica ao reduzido grau de governabilidade do Estado republicano de então. Esse, por sua fragilidade institucional, não havia conseguido um bom desempenho na tarefa de forçar os principais atores privados (as oligarquias) a cooperar, abandonando seus interesses mais particulares e imediatos, em nome de horizontes de mais longo prazo. Era essa fragilidade, expressa na insuficiente consolidação e funcionamento de suas instituições políticas, que bloqueava a constituição de um verdadeiro espaço público, para o qual se pudesse canalizar os conflitos privados, incorporando novos atores, através de arranjos garantidos por uma autoridade centralizadora incontestável⁶. Daí as demandas, generalizadas e às vezes pouco precisas, de ampliação do intervencionismo do Estado, que precisava assumir contornos antiliberais, particularmente em função da primeira experiência republicana, considerada fracassada. Isto porque, diretamente associados à Velha República, como passa a ser chamada, estavam as eleições, os partidos políticos e o poder legislativo, todos sendo identificados com os interesses locais e particulares que só lutavam por si e, logo, contra os interesses nacionais/gerais.

Resumindo, se a sociedade brasileira era, por formação histórica, insolidária e dominada pelo confronto entre o público e o privado, a constituição de um Estado forte e centralizado, capaz de interlocução com a diversidade de poderes privados existentes, emergia como uma autêntica preliminar para a constituição da nação. Nesse sentido, a avaliação da incapacidade política da República, fundada em práticas liberais, era fatal. Por isso, o que as obras de vários autores, durante as décadas de 1930 e 1940, situam como seu objeto de reflexão, é essa questão e impasse. Ambos só seriam superados pela criação de outros arranjos institucionais capazes de construir um verdadeiro espaço público no Brasil. O artificialismo político, para ser afastado, precisava encontrar novas formas de representação que promovessem o encontro do Estado com a sociedade, que reinventassem as relações entre o público e o privado, segundo imperativos que respeitassem nosso passado fundador e que apontassem um futuro orientado pelos modernos parâmetros mundiais.

⁶ É claro que se pode argumentar, hoje, com sólidas evidências históricas, que a República Velha tinha, na época, tantos problemas de governabilidade e de incorporação de atores quanto as democracias européias consideradas clássicas. Mas o que importa assinalar é que, nos anos 1910/20/30, tais democracias foram vistas, primeiro, como modelos a ser seguidos, ainda que não copiados, e a seguir, embora não de forma generalizada, como experiências a serem abandonadas.

A elaboração e implementação de um projeto que combatesse o artificialismo político e o atraso do Brasil envolveram diversos políticos e intelectuais. Nesse aspecto particular, dois intelectuais se destacaram por suas formulações teóricas e pela aplicação dos modelos e princípios que defenderam: Francisco Campos e Azevedo Amaral. De forma um pouco esquemática, pode-se dizer que o projeto de Estado então implementado – o Estado Novo (1937-45) –, articulava, não sem dificuldades, duas dimensões fundamentais que só podem ser separadas analiticamente.

Em primeiro lugar, havia uma dimensão organizacional, materializada na necessidade de construção de uma nova arquitetura institucional para o Estado republicano. Esse novo e moderno Estado precisava abandonar o velho princípio de separação de poderes, que vinha sendo criticado e transformado pelo conceito germânico de harmonia de poderes⁷. Tal opção superava a falsa dicotomia entre democracias (sempre entendidas como liberais) e ditaduras, na medida em que se abria a possibilidade de existir um Estado forte e democrático, através da revitalização do sistema presidencialista de governo. E um dos procedimentos para que, no Brasil, se pudesse construir esse novo tipo de democracia era a conversão da autoridade do presidente em autoridade suprema do Estado e em órgão de coordenação, direção e iniciativa da vida política⁸. Um Executivo forte e personalizado era o instrumento estratégico para se produzir o encontro da lei com a justiça; o estabelecimento de uma nova democracia, não mais definida como política, mas sim como social e nacional.

Em função da emergência dessa nova forma de autoridade, encarnada na figura pessoal do presidente/Executivo, era impossível e desnecessário a existência de partidos políticos e parlamentos, todos lentos, custosos, ineptos e sobretudo, órgãos de manifestação dos antagonismos sociais. Algo incompatível com a democracia autoritária, que negava a idéia de uma sociedade fundada no dissenso, postulando a tendência à unidade em todos os aspectos, fossem econômicos, políticos, sociais ou morais. No dizer de Azevedo Amaral, um dos grandes propagandistas desse Estado, «a democracia nova só comporta um único partido: o partido do Estado, que é também o partido da Nação»⁹.

⁷ Francisco Campos, *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

⁸ Diversas citações estarão sendo retiradas de artigos da revista *Cultura Política*, publicada de março de 1941 até 1945 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), onde escreviam muitos intelectuais do período. No caso, o artigo é de Paulo Augusto Figueiredo, «O Estado Nacional como expressão das necessidades brasileiras», *Cultura Política*, Nº 11, janeiro, 1942, p. 33-50.

⁹ Azevedo Amaral, «Realismo político e democracia», *Cultura Política*, Nº 1, março, 1941, p. 170.

A identificação entre Estado e nação, bem como a concentração da autoridade do Estado na figura do presidente, eliminava a necessidade de corpos intermediários entre o povo e o governante, segundo o modelo de partidos e assembleias que traduziam interesses particulares e desagregadores. Contudo, a nova democracia não dispensava formas de representação adequadas às novas funções dos governos modernos, voltados para o interesse nacional. Tais funções eram, acima de tudo, de natureza técnica, donde a importância da criação de órgão representativos da vida econômica do país, que podiam, como interlocutores válidos, exprimir a vontade geral/popular. Os novos mecanismos representativos, portanto, teriam que ser órgãos técnicos e corporações que exprimissem as verdadeiras vivências dos vários grupos sociais, articulando-os e consultando-os a partir de sua experiência direta no mundo do trabalho, isto é, de seus interesses profissionais.

Por essa razão, em tal lógica, ao lado de um Executivo forte e pessoal, o segundo grande instrumental político para a produção de novos arranjos institucionais era a montagem de um Estado corporativo que, ao mesmo tempo, separava os indivíduos –agrupando-os em diversas categorias profissionais por sindicatos– e reunia-os pela hierarquia global e harmônica de uma ordem social corporativa. Projeto corporativo e fortalecimento do sistema presidencial de governo eram as duas pedras de toque da nova democracia autoritária. Um autêntico e sofisticado ideal de modernização da política brasileira, que reinventaria as fronteiras da dicotomia público e privado, promovendo combinatórias plenas de ambigüidades, que alcançaram um amplo compartilhamento junto à população, e deixaram marcas profundas e duradouras na vida política do país.

O PROJETO CORPORATIVO E A ORGANIZAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Oliveira Viana, em vários textos produzidos ao longo dos anos 1930 e 1940, é quem melhor explicita as características e o sentido dessa utopia corporativa de boa sociedade. Para ele, a nova organização corporativa era a melhor forma institucional de estabilizar a ordem político-social e promover o desenvolvimento econômico do país, cujo paradigma era o mundo urbano-industrial. Esse corporativismo envolvia, assim, indissociavelmente uma teoria do Estado e um modelo de organização sindical, como pontos de partida para a organização da própria sociedade.

A base do modelo era a ampliação da participação do povo, organizado em associações profissionais, que respondiam ao problema da incorporação de novos atores à esfera pública, o que era inviável segundo as práticas

liberais, parcamente institucionalizadas e incompatíveis com a realidade nacional. Por essa razão, tais associações precisavam ser estimuladas e reconhecidas legalmente pelo Estado, para exercerem funções efetivas de canalização e vocalização dos interesses de um determinado grupo social. Tinham que se transformar em instituições de direito público, atuando por delegação estatal e ganhando legitimidade política, além de outros recursos de poder. Entre eles e com destaque, os financeiros, materializados no recolhimento compulsório de um tipo de imposto que atingiria a todos os trabalhadores, fossem sindicalizados ou não: o imposto sindical.

Como decorrência, o modelo exigia o sindicato único e sujeito ao controle estatal, uma vez que reconhecido como o representante de toda uma categoria profissional, o que excedia a seu corpo de associados. A pluralidade e a liberdade sindicais tornavam-se inviáveis nessa proposta, que se sustentava no monopólio da representação, tão essencial quanto a tutela estatal. Era exatamente a articulação dessas duas características –a unicidade e a tutela– que institucionaliza o novo tipo de arranjo associativo, tornando o corporativismo democrático, isto é, tornando-o um instrumento crucial da nova democracia social e da organização do povo brasileiro¹⁰.

Esse modelo propunha, sem dúvida, muito mais uma publicização dos espaços privados de organização, do que uma privatização do espaço público de tomada de decisões, embora não excluísse essa contra-face. Abarcando empregados, empregadores e profissionais liberais, sua aplicação seria muito diferenciada, o que é facilmente compreensível pela desigual posição desses atores no campo político da época. No que se refere aos empregadores, o enquadramento a que estavam sujeitos não eliminou sua antiga estrutura associativa, que subsistiu paralelamente. Mas houve perdas, na negociação das leis trabalhistas e previdenciárias, por exemplo. Apesar disso, o corporativismo proporcionou, inequivocamente, um largo espaço de influência para os empregadores, quer nas instituições consultivas (os Conselhos Técnicos), quer nas autarquias administrativas (os Institutos). Já para os empregados, a tutela e a unicidade se impuseram, o que não impediu o reconhecimento, pela primeira vez na história do Brasil, de que finalmente tinham suas associações respeitadas pelo patronato e seus direitos sociais garantidos por lei.

Mesmo com essas diferenças, é importante observar como estão sendo recriadas as relações entre o público e o privado sob o modelo corporativista

¹⁰ É devido a essa concepção que o imposto sindical devia ser pago por todos os trabalhadores, quer fossem sindicalizados ou não. A unicidade sindical e a cobrança do imposto complementavam-se com o poder normativo da Justiça do Trabalho, desenhando um modelo de relações entre capital e trabalho que, em aspectos fundamentais, existe até hoje.

estado-novista. Como a preliminar da nova democracia social negava o dissenso, o espaço público era definido como área de canalização de interesses privados que se exprimiriam organizadamente (via estrutura sindical), sob arbitragem estatal. Portanto, não se tratava de eliminar a diversidade de interesses da realidade social, mas a premissa de suas contradições, pela afirmação o papel diretivo e arbitral do Estado. A dimensão pública identificada ao Estado e à ação de seus órgãos especializados guardava, assim, as virtudes da política, finalmente saneada e franqueada à participação do povo. Já a dimensão privada, embora continuasse tendo um potencial ameaçador, quando devidamente orientada, possuía papel estratégico ao permitir o conhecimento das reais necessidades e desejos da população pelo governo.

Assim, o modelo corporativista proposto pode ser entendido como bifronte –estatista e privatista–, embora claramente controlado (e não apenas presidido) pelo Estado que, autoritário, impunha a eliminação da competição política entre os atores que dele participavam. O alto grau de subordinação ao Estado e o baixo grau de reconhecimento do confronto entre os interesses demarcam não só a proposta dos ideólogos autoritários, como igualmente a experiência histórica do período, mesmo não havendo inteira coincidência entre ambas. De qualquer forma, é fundamental reter a complexidade do novo arranjo institucional, articulando o público e o privado em uma fórmula que procurava solucionar a tensão constitutiva das relações entre Estado e sociedade no Brasil; entre capital e trabalho.

Para tanto, torna-se útil abandonar a simplificação de análises que entendem o corporativismo, em especial no Brasil, como uma forma exclusiva de produção de controles sobre o privado, obscurecendo aspectos como o da abertura do espaço público à participação e o do caráter sempre assimétrico destes arranjos, onde o Estado tem papel chave¹¹. Tal reconhecimento pode ser extremamente útil à compreensão de muitas das avaliações realizadas no período do Estado Novo, particularmente entre os empregados. Eles perceberam vantagens na existência dos arranjos corporativos, temendo inclusive sua eliminação, entendida como uma ameaça à manutenção dos direitos sociais adquiridos, ainda que vissem, claramente, a distância que os separava dos empregadores e o enorme poder do Estado.

¹¹ A noção de corporativismo bifronte é de Guillermo O'Donnell, «Anotações para uma teoria de Estado», *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, Cedec; Paz e Terra, nov.-jan. e fev.-abr. 1981, Nº 3 e 4. Eu estou compartilhando uma posição teórica, presente na literatura nacional e internacional, que situa o corporativismo como uma forma de representação de interesses em que o Estado possui papel fundamental, havendo sempre assimetria e caráter bifronte nos arranjos institucionalizados. Tais arranjos podem envolver não só classes sociais, como igualmente os chamados *policy takers* (receptores de políticas públicas), sendo sempre fundamental observar o tipo de regime político onde ocorrem e o grau de liberdade/competitividade entre os interesses organizados.

Desigualdade e complementariedade se abrigavam nesse projeto corporativo, que instituía a organização do povo numa base social e econômica real, e portanto distante das ficções liberais das eleições, dos partidos e das assembléias. Tais ficções impediam, pois desvirtuavam, o contato direto e verdadeiro do povo com o poder público, finalmente possível com a montagem da hierarquia corporativa e com a concentração do poder do Estado na figura do presidente. É essencial, por conseguinte, atentar para como se articulavam estes pares e para como se desenhava essa nova autoridade presidencial, já mencionada.

CORPORATIVISMO E PRESIDENCIALISMO «IMPERIAL»

As relações estabelecidas entre organização corporativa e autoridade presidencial eram delicadas, pois combinavam elementos contraditórios. Teoricamente, as corporações eram concebidas como órgãos com poder de representação, sendo capazes de traduzir o interesse nacional, por sua amplitude, realismo e presença em várias instâncias governamentais. Contudo, essa estrutura corporativa só representava o interesse geral, na medida em que abarcava seus portadores, devidamente articulados e controlados pelo poder público. A forma de expressão política do interesse nacional, traduzida pelos sindicatos corporativos, surgia através do Estado, personificado na figura do presidente.

A autoridade máxima e a síntese do poder público moderno eram, nesse modelo, uma pessoa: o presidente. Ou seja, pelos acasos da sorte, tal formulação acabava por combinar as mais lídimas tradições da sociedade brasileira-fundada no poder personalizado do patriarca rural-, com os mais vigorosos imperativos da política antiliberal da época. Tradição e modernidade se fundiam harmoniosamente no empreendimento que consagrava, a um só tempo, o reforço do sistema presidencial e a construção mítica da figura de seu representante como uma encarnação do Estado e da nação. Por isso, organizacional e simbolicamente, a função presidencial demandava investimentos cuidadosos.

As razões que explicam esse novo tipo de engenharia estatal podem ser facilmente compreensíveis pelos argumentos críticos que, desde fins dos anos 1910, vinham sendo esgrimidos contra o liberalismo. As funções dos governos modernos eram, acima de tudo, funções de especialização técnica que dispensavam a morosidade, ineficiência e corrupção dos procedimentos eleitorais, exigindo rapidez e eficiência, presentes nas decisões executivas, cientificamente assessoradas e voltadas para o interesse nacional. Mas a

essas razões se articulavam outras, ainda mais importantes. Elas invocavam a existência de uma moderna sociedade, dominada por mudanças aceleradas, que produziam grave desorientação entre os governados.

Francisco Campos e Azevedo Amaral¹² trazem, nesse aspecto, contribuições particularmente significativas, sendo acompanhados por inúmeros outros intelectuais do período. Campos é pedagógico ao diagnosticar a crise que ameaçava a sociedade de massas, confrontada com tensões numerosas e profundas (bem mais complexas do que a da luta de duas classes de Marx), e distante da possibilidade de participar de decisões políticas que exigiam, crescentemente, formação especializada. Era essa situação, envolvendo o aparelho de Estado, mas o transcendendo, que aconselhava forjar um instrumento intelectual, ou antes, uma imagem dotada de grande carga emocional¹³, capaz de ser reconhecida pelas massas e de gerar idéias e sentimentos neutralizadores de tão grande ameaça. Essa imagem, para o autor, que cita Sorel, era um mito. Um mito sobre o qual se fundaria o processo de integração da nação e que incorporaria suas características mais arcaicas/originais. Não tinha sentido, seguindo suas palavras, indagar do mito seu valor de verdade. Seu valor era prático, e estava em seu poder mobilizador, que dependia tanto dos elementos irracionais que incorporava, quanto das relações que estabelecia com as experiências imediatas das massas a que se destinava.

O mito da nação cumprira este papel no século XIX, mas encontrava-se em declínio ante à montante do mito solar da personalidade. Vale a citação: «As massas encontram no mito da personalidade, que é constituído de elementos de sua experiência imediata, um poder de expressão simbólica maior do que nos mitos em cuja composição entram elementos abstratos ou obtidos mediante um processo mais ou menos intelectual de inferências ou ilações. Daí a antinomia, de aparência irracional, de ser o regime de massas o clima ideal da personalidade, a política das massas a mais pessoal das políticas, e não ser possível nenhuma participação ativa das massas na política da qual não resulte a aparição de César»¹⁴.

A observação chave a ser efetuada é a de como o poder do Estado moderno-o poder em uma sociedade de massas urbano-industrial- está sendo definido, não apenas como forte e concentrado, mas como pessoal. Além

¹² Francisco de Campos, *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico, já citado*; de A. Amaral, além de artigos de *Cultura Política*, os livros, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938; e *Getúlio Vargas, estadista*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1941.

¹³ Francisco de Campos, op. cit., p. 8.

¹⁴ Idem, pp. 15-16.

disso, como tal personalização, conotada como virtuosa pelos teóricos da vertente autoritária, precisava ganhar a força de um mito, identificado nos atributos do homem que ocupasse a função presidencial.

No caso do Brasil, ele tinha um nome. Vargas é, não naturalmente, a primeira grande figura da República. Primeira, por não ter antecedentes que lhe rivalizem em prestígio; e primeira, por se constituir em mito, em modelo exemplar do que deve ser e fazer a autoridade presidencial, isto é, a autoridade política máxima do país. Durante a «República Velha» –assim a consagraram os ideólogos autoritários–, não surgira uma mística presidencial. Certamente, não devido ao poço de incompetência a que ela foi lançada por esses ideólogos, mas devido ao fato da presidência ser exercida muito mais abertamente como uma delegação de poder das principais oligarquias, do que como uma encarnação da soberania do povo¹⁵. A figura do chefe de Estado, como materialização do poder público apoiado «diretamente» pelo povo, vai ser afirmada apenas no pós-1930. E, vale remarcar, vai ser afirmada como uma negação da cidadania política expressa pelas eleições.

A figura de Vargas, portanto, podem ser útil para se pensar algumas características de nosso sistema presidencial e do modelo de liderança/ autoridade máxima, reconhecido pelo imaginário político do país, desde então. Por esse motivo, um dos grandes teóricos do que os cientistas sociais posteriormente passaram a chamar de presidencialismo imperial ou de sistema presidencial plebiscitário é, sem dúvida, Francisco Campos. Esse conceito procura ressaltar um modelo de exercício da presidência, que excederia o fato de se reconhecer que, em qualquer sistema presidencialista, há uma certa mística e personalização da função.

Segundo tal modelo, no Brasil, e também em outros países latino-americanos, a figura pessoal do presidente torna-se o centro de fixação e simbolização de todo o poder da República, advogando e recebendo maior legitimidade popular que os dois outros poderes, e mesmo investindo contra eles. É como se a doutrina de separação de poderes ainda permanecesse sob as críticas compartilhadas nos anos 1930/40, especialmente daquelas

¹⁵ Não quero dizer, de forma alguma, que tal *ausência* se devesse aos critérios de exclusão eleitorais vigentes (por idade, sexo e escolaridade), já que eles eram compartilhados internacionalmente. As democracias européias clássicas eram, na época, também *regimes* onde havia limites à participação pelo voto, à competição política, e onde tinham curso fraudes eleitorais e corrupção de políticos. A Primeira República não foi especialmente mais instável e ineficiente que outras experiências institucionais suas contemporâneas. O lugar histórico, contudo, que lhe foi atribuído por inúmeros intelectuais críticos ou céticos face ao liberalismo, no Brasil, e a visão idealizada do paradigma anglo-saxão conferiram e, em boa parte, ainda conferem a ela, essa incômoda situação.

voltadas para o Legislativo e compreensíveis pelas condições políticas do contexto internacional. O Executivo personalizado apresenta-se, nesses termos, com o poder e mesmo o dever de absorver as funções de proposição legislativa –uma contraface do bias antipartidário e antiparlamentar então gerados–, e com a obrigação política dos que, porque concentram recursos os mais variados, distribuí-los generosamente. Aí estão as bases de um contrato político não liberal, fundado em trocas generalizadas e na lógica da outorga, da política como doação (e não como direito).

Trata-se de um capital político imenso, mas instável e perigoso, como todos os analistas do presidencialismo brasileiro reconhecem¹⁶. O presidencialismo plebiscitário, mesmo não possuindo mais os instrumentos autoritários nascidos nos tempos getulistas, e que só gradualmente lhe foram sendo retirados, permanece autorizando o presidente a, uma vez eleito, governar o país da maneira como julgar conveniente e suas alianças políticas permitirem. Uma situação que não colabora muito para a estabilidade de um regime democrático, acentuando um viés antiinstitucionalizante e reforçador de personalismos.

Por esse motivo, figuras carismáticas estariam sempre no horizonte do imaginário político brasileiro, habitando, preferencialmente, os executivos federal e estaduais. E, seu modelo referencial básico continua sendo a figura de Getúlio Vargas: amado e odiado; endeusado e vilipendiado; guardião das virtudes públicas e privadas da política; encarnação dos vícios públicos e privados da política. De qualquer forma, um político que traduziu uma fórmula de relacionamento entre Estado e sociedade, um tipo de pacto que, conduzindo o país à modernidade econômico-social, afinava-se com as tradições de nossa mentalidade patriarcalista.

Nesse ponto específico, convém voltar a explorar um pouco mais a imagem projetada de Vargas no Estado Novo. Uma imagem consolidada, em muitos aspectos, em seu segundo governo (1950-54), e recriada, sucessivamente, após sua trágica morte.

AUTORITARISMO E MITO DO HERÓI POLÍTICO

Durante o Estado Novo, o autoritarismo facilitou a divulgação e consolidação de mensagens oficiais, tanto pela via propaganda como pela da

¹⁶ Estou seguindo as considerações e debates de vários cientistas políticos, entre os quais ressalto, O'Donnell G., já citado; Bolívar Lamounier, «O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira», *Estudos Avançados*, São Paulo, 1992, vol. 6, nº 14, pp. 39-57; Wanderley Guilherme Santos, *Razões da desordem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

censura. Porém tal sucesso não dependeu apenas da sofisticada campanha ideológica então promovida, que recorreu a imagens e idéias com largo trânsito entre a população, servindo-se dos mais modernos meios de comunicação de massa. Seu impacto e duração devem-se à articulação estabelecida com um amplo e diversificado conjunto de políticas públicas, com destaque para as sociais, entre as quais aquelas desenvolvidas pelos novos ministérios da Educação e Saúde, e do Trabalho, Indústria e Comércio. Grandes hospitais, escolas secundárias e profissionais, pensões e aposentadorias, carteira de trabalho e estabilidade de emprego, além de uma Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atestavam o vínculo entre a pessoa do presidente e, como se dizia na linguagem da época, as experiências imediatas das massas. Estas, finalmente organizadas segundo arranjos institucionais efetivos, haviam sido retiradas do plano inferior em que se encontravam na democracia liberal, exprimindo suas aspirações e sendo ouvidas pelas elites políticas.

A relação direta entre o governo/presidente e o povo tinha, nesses termos, a dupla feição da representação de interesses e da representação simbólica, e Vargas transformava-se no terminal adequado para ambas. O projeto permitia, enfim, a inserção do povo no cenário político, sob controle ao mesmo tempo científico e pessoal do Estado/presidente. Cresciam, *pari passu* e harmoniosamente, tanto a face racional-legal desse Estado, traduzida quantitativa e qualitativamente em sua burocracia especializada e nos procedimentos que impessoalizavam/saneavam as práticas políticas correntes (os conselhos técnicos, as autarquias, os concursos públicos), como sua face tradicional, expressa na autoridade pessoal de um líder paternal que se voltava direta e afetivamente para seu povo.

Como política não é um jogo de soma zero, público e privado, moderno e tradicional podiam se combinar de forma vigorosa e efetiva. Por conseguinte, no novo modelo de Estado, a tradição do poder pessoal, orientada por diretivas racionais e também irracionais (crenças, emoções), era tão necessária quanto moderna (científica, especializada). Tal possibilidade resolvia um impasse crítico, colocado, tanto pelos diagnósticos sociológicos sobre a natureza da formação nacional brasileira, como pelas complexas questões filosóficas do século XX: aquele entre racionalismo e irracionalismo, objetividade e subjetividade, legalidade e realidade, governo e povo, elites e massas. Um falso dilema, pois não era necessário desistir da razão para se comungar com a vida social. Entre a frieza e o impessoalismo radicais dos procedimentos legais burocráticos-o absolutismo da razão-, e os excessos personalistas da ambição e do desejo-o despotismo da emoção-, situava-

se a política do Estado Novo. A obra de governo do presidente Vargas, com destaque a social-trabalhista, era apresentada como testemunho desse equilíbrio perfeito.

Como Francisco Campos e Azevedo Amaral insistem numerosas vezes em seus textos, os tempos de crise eram os do mito da personalidade. Eram os tempos dos grandes estadistas. Por fortuna e por virtude Getúlio Vargas seria um deles, pois havia outros, bem visíveis, no cenário internacional. A construção de sua figura e de toda a sua obra governamental, pois tudo o que se fizera, desde 1930, resultara de sua intervenção pessoal na direção do Estado, era fruto de um conjunto de atributos excepcionais. Vargas era um gênio, capaz de, por sua inteligência superior, entender e resolver os complexos problemas da nacionalidade em clima de ordem e tranqüilidade. Aliás, bem conforme à índole e à sabedoria particulares do povo brasileiro, finalmente valorizado e conduzido ao centro do cenário político, do qual estivera afastado pelas ficções liberais. O Presidente era, a um só tempo, povo e patriciado, sintetizando as qualidades intelectuais de nossos maiores—até então desviadas de um rumo adequado à nacionalidade—, e a sensibilidade e intuição do privilegiadas do homem brasileiro.

O presidente Vargas, como era geralmente nomeado em situações formais, possuía as qualidades de nossos maiores, embora fosse, de fato, o primeiro estadista de nossa história. Não tanto, como Azevedo Amaral procurava explicar, por falta de virtude dos que o antecederam, mas por falta de fortuna, já que o ambiente liberal impedia a realização do estadista¹⁷. Por outro lado, Getúlio, como era chamado informalmente, possuía a sabedoria do homem brasileiro, seus traços psicológicos, sua sensibilidade. Por isso, era capaz de tão bem representar a nação, ao mesmo tempo organizada hierarquicamente e atravessada por sua personalidade. Ou seja, um tipo de sociedade, como as análises histórico-sociológicas demonstravam, que, não se pautando pelos princípios individualistas, racionalistas e materialistas, também não seguia um modelo hierárquico tradicional, onde as distâncias verticais encontravam-se congeladas, impedindo comunicação e integração sociais.

Elites e massas finalmente reunidas numa comunicação direta e afetiva, sem intermediários. Desse fato advinha a capacidade incomparável de Getúlio de se comunicar com todo o povo, que via nele o chefe-guia e o amigo-pai, que vibrava no mesmo compasso de sua família. É bom ressaltar que uma das imagens mais freqüentes a que os discursos estado-novistas recorriam para caracterizar o processo de construção do Estado Nacional,

¹⁷ Azevedo Amaral, *Getúlio Vargas: estadista*.

era o da formação de uma grande família. Nela, as lideranças sindicais eram como irmãos mais velhos e o presidente-o pai dos pobres-, o pai de um povo nobre e trabalhador, a quem ele se dirigia com uma interpelação que se tornaria famosa: Trabalhadores do Brasil!¹⁸

Nesse contexto, a imagem de Vargas pode ser interpretada como um dos símbolos do laço político-do contrato-, que estava sendo firmado entre Estado e povo/ nação. Tal contrato guardava a idéia do encontro entre lei e justiça, entre força e temperança, com freqüência separadas na história do povo brasileiro, mas presentes no governo de uma pessoa intelectual e moralmente excepcional, como o novo Chefe da nação. A relação política, própria ao pacto que então se estabelecia, funcionava como um sistema de prestação total, como um tipo de troca generalizada, que não distinguia entre o interesse e a obrigação moral. Dessa forma, a política não era definida como negócio de mercado, onde tudo tem um preço e, no limite, não há valores ou ética¹⁹. No Brasil, a política era outra e seu laço pressupunha e/ou desenvolvia vínculos abrangentes, personalizados e duradouros, que incluíam as idéias de retribuição e sacrifício, impensáveis em pactos sociais instrumentais como os do modelo liberal.

O Brasil, colocando-se a questão em termos de uma tipologia clássica de sociedades individualistas e holistas, não preenchia exatamente nenhum destes polos. De um lado, porque em nossa sociedade, razões culturais de fundo moral, nascidas da mentalidade ibérica de nossas classes agrárias, e razões políticas, expressas na organização corporativa inaugurada pelo Estado Novo e mantidas pela Constituinte de 1946, afastavam-nos da lógica individualista do cálculo e do lucro material. Como Oliveira Viana ressaltava, até o fim da década de 1940, no Brasil, tanto não só os valores espirituais contam, como o dinheiro não é tudo, e é isto que nos resguarda da violência e cupidez que caracteriza tantas outras experiências modernas das quais felizmente nos afastávamos²⁰. Por outro lado, porque o argumento antiliberal contra o indivíduo, expresso no poder absoluto da necessidade coletiva e da nação como um supersujeito totalizador, também não era aceito. E não

¹⁸ Estou me utilizando fartamente, para tais considerações, dos artigos de *Cultura Política* e de uma série de discursos pronunciados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, no programa radiofônico *A Hora do Brasil*, entre 1942 e 1945. Veja-se, especialmente, o cap. VI de Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

¹⁹ Venho trabalhando, livremente, com esses conceitos da antropologia de M. MAUSS, especialmente presentes no «Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas», *Sociologia e antropologia*, São Paulo, EPU, 1974, vol. II.

²⁰ Angela de Castro Gomes, «A ética católica e o espírito de pré-capitalismo» *Ciência Hoje*, vol. 9, Nº 52, 1989, p. 28.

era, por motivos que se articulavam ao primeiro termo, apontando para um projeto de sociedade fundada numa comunidade de valores culturais e espirituais, que conseguia abarcar diversidades individuais e regionais sem destruí-las. O papel do Estado e de sua liderança maior era, certamente, o de respeitar esse conteúdo humano da sociedade brasileira²¹.

Se o indivíduo não imperava, também não se tratava de fazer o elogio do Estado totalizador, tão em voga na década de 1930. O objetivo era construir uma coletividade nacional onde o indivíduo perdesse seus atributos egoístas e maximizadores, sem perder suas possibilidades de expressão como pessoa humana, aliás, seguindo uma diretriz católica sempre presente em nossa formação. Vargas, como a pessoa maior a encarnar o Estado/nação, traduzia essa dimensão e possibilidade político-cultural. Sua personalidade e autoridade paternal permitiam a manutenção das hierarquias, sem prejuízo da proximidade com a liderança. Ele era distinto por sua superioridade, mas justamente por ela estava próximo, junto do povo. A face pública da autoridade ganhava dimensão familiar, havendo identidade/intimidade com o poder²².

Vargas torna-se, mesmo durante o Estado Novo (e mais ainda em seu segundo governo), uma figura muito freqüente em caricaturas que exploram suas habilidades de fazer política: para o bem e para o mal. Ele é personagem de peças de teatro de revista, de literatura de cordel e de marchinhas de Carnaval, sendo objeto de histórias e piadas, que demarcam e combinam amor e ódio. Como era povo e patriciado podia e era representado com extrema ambigüidade, tanto porque reunia estes dois polos, quanto porque reunia as ambigüidades características de cada um deles. Vargas era matreiro, desconfiado e moleque; honesto e desonesto; carinhoso e violento; ditador e até democrata!

É claro que a censura no Estado Novo exercia olímpicamente seu poder, punindo maiores pretensões críticas. Mas também é claro que havia tolerância, orientada pelo desejo de popularização de sua imagem e da aproximação de seu perfil com o que estava sendo postulado como próprio do ser brasileiro. Se o grande objetivo do Estado era a humanização da sociedade, a humanização da pessoa do presidente, seu símbolo maior, era vital. Ele devia

²¹ Este *conteúdo humano* da sociedade brasileira aparece expresso por diversos conceitos em vários autores. Eles guardam especificidades, mas há uma equivalência estrutural que permite sua aproximação. Os destaques, no caso, são a *cordialidade* de Sérgio Buarque de Holanda e a *mentalidade pré-capitalista* de Oliveira Vianna.

²² A noção antropológica de *intimidade hierárquica* pode ser útil para se pensar o aspecto que está sendo destacado, reforçando a idéia de «proximidade de sentidos».

ser poderoso e respeitado de forma bem brasileira. Ele devia se misturar ao povo, rompendo e mantendo, a um só tempo, as distâncias hierárquicas. Ele devia ser o modelo de chefe de Estado, paradigma exemplar de um sistema presidencialista fortalecido, simbólica e organizacionalmente. Como tal, sua presença, em especial após sua trágica morte, podia impor-se como um mito: como um referencial imortal para o imaginário político nacional.

Registro bibliográfico

GOMES, ÂNGELA DE CASTRO

«Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Viana, Francisco Campos, Azevedo Amaral e a construção do mito Vargas», en: ESTUDIOS SOCIALES. *Revista Universitaria Semestral*, año XVII, Nº 33, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, segundo semestre, 2007

(pp. 101-122).